
Ata de Reunião Ordinária da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

ATA DE REUNIÃO

Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

Em 19 de junho de 2020, às onze horas, reuniu-se a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do E. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, de forma telepresencial, via plataforma Cisco Webex, sob a Presidência do Exmo. Sr. Desembargador Alvaro Alves Nôga, presentes a Exma. Sra. Desembargadora Ana Maria Moraes Barbosa Macedo, a Exma. Sra. Juíza Vanda Ferreira da Cruz e os servidores: Aline Maria de Castro Silva Rossi, Claudia Dantas de Almeida Moniak, Daniela Louise da Serra Ogata, Debora Forlin Granja, Dulcinéia Lima de Jesus Figueiredo, Eduardo Antonio Engholm Cardoso (Coordenadoria de Gestão de Pagamento), Eliana Maiellaro (Seção de Administração Predial da Região Leste), Gilda Garcia (Coordenadoria de Polícia Institucional), Ivo Cleiton de Oliveira Ramalho, Jorge Costa Silva; Ludmilla Cavarzere de Oliveira (Seção de Informações Processuais da Infraestrutura), Luís Carlos de Paula Reseck (membro em caráter consultivo, da Secretaria de Controle Interno), Luiz Felipe Furtado Fernandes, Marcus Vinícius da Silva Batista, Rodrigo Lopes Nabarreto, Rogério Campos dos Santos (4ª Vara do Trabalho de Mogi das Cruzes), Ronaldo Prado Amoroso, Thaisa Carla Santos do Nascimento e Vanessa Spadoto Alves. Presentes os servidores da Seção de Acessibilidade e Inclusão: Ingrid Sotanyi, Luiz Fernando de Paula Pereira, Thais Tie Myasaki e o aprendiz Bruno da Silva Porto. Presentes, ainda, os seguintes servidores convidados: Elaine Caire, da Coordenadoria de Infraestrutura Predial, e José Ericleidson da Silva, representando a Escola Judicial – EJud2 (Coordenadoria de Gestão e Criação de Conteúdos Digitais no Ensino à Distância).

Ausentes, justificadamente, o Exmo. Sr. Juiz Milton Amadeu Junior e a Exma. Sra. Juíza Regina Celi Vieira Ferro, e os servidores: Alexandre Aguenta Arakaki; Daniela Ferrari Kovács; Gabriel Pio de Paula; José Renato das Graças Amaral; Karen Outa; Katia Regina Cezar; Marcelo Tiba Nakamura; Narjara Jacó da Silva e Silva; Odair Pinto de Oliveira, e Vera Lúcia de Oliveira Aguiar.

O Exmo. Sr. Desembargador Alvaro Alves Nôga deu início aos trabalhos, expressando, inicialmente, sua alegria em rever os membros da Comissão, ainda que virtualmente. A seguir, como de costume, solicitou que cada pessoa se apresentasse aos demais, informando nome e lotação, devido ao ingresso de novos membros e à presença de servidores convidados, configurando-se esta atitude uma boa prática de acessibilidade à comunicação, vez que tal conduta inclusiva possibilita às pessoas com deficiência visual a identificação dos demais participantes presentes à reunião. Concluída a apresentação, foram discutidos os seguintes assuntos:

1. Foi dada ciência aos membros da Comissão acerca das principais atividades desenvolvidas pela Seção de Acessibilidade e Inclusão durante o período de isolamento social, na modalidade de teletrabalho, a saber:

1.1) Resposta ao questionário: "Política de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho" do C. CSJT - aba: "Direitos Humanos", sub aba: "Acessibilidade" - PROAD 34.032/2020 (19/03/2020);

1.2) Resposta ao Ofício GP nº 43/2020 – Solicitação de informações em cumprimento ao OFÍCIO.RECOM.02 nº. 001/2020/SECG/CGJT da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (C. TST) - "acompanhamento das Recomendações da Correição Ordinária de 2019" (20/03/2020):

a) Acompanhamento do Projeto de Acessibilidade Arquitetônica:

Relembrou-se aos presentes do projeto realizado pela Comissão de Acessibilidade e Inclusão, o qual apresentava um cronograma para o 1º semestre. Na sequência, a Sra. Elaine Caire, Coordenadora da Infraestrutura Predial, discorreu sobre o andamento do projeto (ações já realizadas), bem como sobre a contratação do arquiteto Decio Tozzi, e noticiou a suspensão desse contrato em razão da pandemia, ante a necessidade de vistoria no prédio para elaboração do projeto executivo. Informou que o aludido contrato será retomado por ocasião da reabertura do prédio.

Em relação aos outros prédios, a Coordenadoria de Infraestrutura Predial realizará o ETP (Estudo Técnico Preliminar), o TR (Termo de Referência) e o memorial para o projeto de todos os prédios próprios. Ressalvou que o único prédio que não será contemplado nesse projeto é o Osasco-Arquivo, pois há a possibilidade de vir a ser doado para outro órgão público.

Destacou, ainda, que o projeto de Guarujá já previa os 05 (cinco) itens: vagas de estacionamento; rampas; sanitários acessíveis; piso tátil e sinalização sonora e que, se tudo correr bem, até o final do ano já teremos contratado esse projeto para poder prosseguir com a respectiva execução em 2021.

1.3) Preenchimento dos Formulários de Gestão de Riscos:

- a) 1º Formulário – Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA) e Objetivos da Área (Seção de Acessibilidade e Inclusão);
- b) 2º Formulário - Identificação, Avaliação e Controles de Riscos Negativos;

1.4) Preenchimento do "Formulário Eletrônico de Análise de Ambiente – Missão – Visão – Valores" para o Ciclo de Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho (Resolução CSJT nº 259, de 14 de fevereiro de 2020);

1.5) Proposta Orçamentária Prévia para 2021:

- a) Nova contratação do Instituto Jô Clemente (APAE-SP);
- b) Realização de evento anual de conscientização (artigo 10, XII, da Resolução nº 230/2016 do C. CNJ);
- c) Curso de Audiodescrição (continuidade).

1.6) Reuniões realizadas pela Seção de Acessibilidade e Inclusão para alinhamento dos trabalhos;

1.7) Agenda da atuação do intérprete de Libras:

Foi explicado o procedimento adotado para o atendimento das solicitações de intérprete de Libras, tais como o agendamento; como estão sendo disponibilizadas as datas; a elaboração de certidões de controle, para fins de estatística etc. Deu-se ciência, na oportunidade, de que ainda não foi realizada nenhuma audiência por videoconferência com o intérprete, pois, a pedido das Varas, as audiências de março, abril e maio de 2020 foram todas reagendadas.

1.7.1) Proposta para se criar uma função específica para intérprete de Libras junto aos órgãos superiores, por meio de lei;

1.8) Divulgação de informações e notícias sobre direitos das pessoas com deficiência, acessibilidade e inclusão;

1.9) Pareceres emitidos sobre pedidos de horário especial.

2. Revisão da Portaria GP nº. 56/2017, que regulamenta a concessão de jornada especial de trabalho a servidor com deficiência àquele que tenha cônjuge, filho ou dependente nessa condição.

3. Atendimentos realizados a servidores e advogados com deficiência durante o período de teletrabalho:

Destacou-se que os atendimentos, que já eram realizados antes da pandemia continuaram durante todo período de isolamento social, com a utilização ainda maior dos meios de comunicação tais como telefone, e-mail, whatsapp, Skype etc.

- a) Apoio ao processo de inclusão laboral de aprendizes e de servidores com deficiência;
- b) Prestação de informações a advogados com deficiência;
- c) Suporte quanto ao uso dos sistemas PROAD e PJe por meio da utilização de programa leitor de telas;
- d) Pedido de acesso ao ambiente de testes do sistema processo judicial eletrônico.

No que tange ao item “d”, supra, o representante da Setic, informou que o diretor da Coordenadoria de Sistemas da Tecnologia da Informação e Comunicação recomendou que a CPAI formalizasse a solicitação de acesso ao ambiente de homologação ao Comitê Gestor do PJe, possibilitando, assim, o acesso completo ao ambiente, com o escopo de sanar todas as dúvidas de navegação e auxiliar as pessoas que tenham necessidade de acesso ao PJe.

4. Pedido de legendas nos eventos promovidos pela Ejud-2 (Webpalestras, webconferências e webcursos):

Inicialmente, o Dr. Alvaro parabenizou o Sr. José Erigleudson pela brilhante palestra recentemente proferida, sobre o tema “Life-long learning”. Mencionou que nós aqui estamos preocupados com as pessoas que querem estudar pelo resto da vida, mas que, para isso, precisam ter as barreiras superadas – como é o caso das pessoas com deficiência auditiva, que necessitam de legendas nos cursos e palestras promovidos pela Ejud2.

Em seguida, o Sr. José Erigleudson, mais conhecido como Eri, cumprimentou os presentes e apresentou-se, informando que atualmente responde pela área de educação à distância, validando todos os cursos on-line da E-Jud2. Prosseguiu afirmando ser completamente sensível a todas essas questões que o Dr. Alvaro colocou, confirmando que a questão da aprendizagem ao longo da vida é uma necessidade do mundo atual, e que ela não será completamente realizada se nós deixarmos alguém de fora. Reiterou que se coloca à inteira disposição desta Comissão de Acessibilidade e Inclusão.

Deu-se ciência da solicitação de inclusão de legendas nos eventos (webcursos, webpalestras etc.), formulada por servidores com deficiência auditiva que utilizam aparelho auditivo e têm dificuldade em acompanhar a fala das pessoas. Esclareceu-se a importância das legendas para as pessoas com deficiência e também para as pessoas que querem acompanhar os eventos e palestras através das legendas, sem ativar o som.

O Sr. Eri fez então uma demonstração da ferramenta *Web captioner*, para que todos pudessem ver a agilidade do referido programa. Destacou que o desafio seria como colocar esse programa de legendas simultaneamente com a imagem dos conteúdos compartilhados pelo palestrante. Nada obstante, chamou a atenção para a velocidade do *software*.

O representante da Ejud se comprometeu em estudar a ferramenta, para ver como poderiam compartilhar simultaneamente as legendas e o conteúdo das palestras, sem prejudicar este último (i.e., sem sobreposição das respectivas imagens/textos). Afirmou que teriam que fazer testes, ainda. Pontuou que, quando for pela Web, se for com aquela ferramenta, o *streamyard*, aí, sim, teria como compartilhar ambas as imagens, porque tem como fazer esse arranjo, pois há mais controle sobre o que aparece na tela.

Em seguida, exibiu-se um vídeo, como exemplo de utilização de Audiodescrição.

5. Participação de servidores da Seção de Acessibilidade e Inclusão em projetos institucionais e em eventos externos:

5.1) Projeto Vivências;

5.2) Participação na primeira vídeo-reunião da Rede de Acessibilidade de São Paulo.

Informou-se a participação dos Srs. Ivo e Claudia, ambos lotados na Seção de Acessibilidade e Inclusão e membros da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão.

Complementando, o Sr. Ivo esclareceu que o objetivo dessa Rede de Acessibilidade de São Paulo é fomentar a discussão entre vários órgãos,

instituições e empresas sobre o tema da acessibilidade e inclusão. Então, inicialmente, foi proposta a discussão sobre a adequação de calçadas, sobre o fortalecimento da rede de reabilitação, mas no decorrer da reunião, surgiram várias outras propostas de discussão, principalmente sobre acessibilidade digital, dirigida à educação, ao trabalho, dentre outras necessidades.

Só para se ter uma ideia, havia representantes da Defensoria Pública estadual; representantes da OAB; do Procon; da Febraban; da Justiça Federal; da Justiça Estadual; representante do Tribunal de Contas da União, dentre outros. Nesse sentido, foi muito bom registrar a presença do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região nessa reunião, por meio de representantes da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão – sintetizou o Sr. Ivo.

Por fim, concluídos todos os itens da pauta de reunião, o Dr. Alvaro parabenizou a equipe da Seção de Acessibilidade e Inclusão por sua competência e comprometimento, e mais uma vez agradeceu a todos os presentes por disporem de seu tempo nesta manhã para virem aqui trabalhar em prol da acessibilidade e inclusão.

Sem mais, a reunião foi encerrada às 12h20min.

Alvaro Alves Nôga
Desembargador Presidente da Comissão
Permanente de Acessibilidade e Inclusão